

**DISCURSO DO PRESIDENTE DO TJDF, DESEMBARGADOR LÉCIO RESENDE,
NA INAUGURAÇÃO DO FÓRUM DE SÃO SEBASTIÃO**

Ilustríssimos Senhores Notários e Registradores,

Autoridades militares presentes,

Senhoras e Senhores,

A humanidade alegra-se numa composses estética que, se não pudesse ser fruída, não lhe permitiria cumprir as suas tarefas vitais. Das obras dos poetas e artistas criadores, dos compositores e historiadores, assim como dos tesouros de memórias vivas, transmitidos em silêncio de século para século, constituem-se os valores espirituais, que nos são indispensáveis, e cuja perda nos parece quase impensável.

Estas palavras de HERMAN GRIMM, filho e sobrinho daqueles irmãos Grimm, que recolheram lendas e mitos de um povo, precedem a indagação que fez sobre a Alemanha de seu tempo: “Que seria dela com todas as suas belonaves, seu comércio pujante, suas usinas e seu aparente poderio e riqueza, sem as obras de Homero, o teatro de Shakespeare, os versos de Goethe e Schiller, o que seria dela sem Mozart e Beethoven?”

E concluiu: - “Aqueles outros bens, que, para muitos, são os únicos válidos, pareceriam uma imensa e turva massa, pela qual não teria sentido labutar e sofrer”.

Entre estas coisas imponderáveis, não me fatigo, como nunca me fatiguei, de incluir a Justiça, enquanto se apresenta como busca penosa, de fontes límpidas e perenes, que brotam, tênues, em majestosas grutas subterrâneas, cuja beleza de minérios amalgamados, e de bizarras formas, apenas rebrilham à luz solitária do espeleólogo intrépido.

Ao entardecer, por vezes, a natureza caprichosa propicia que um raio fugidio de sol atravesse as nuvens do firmamento, e vá inundar de luz, em meio à penumbra dominante, um trecho limitado da paisagem.

E se, então, o viajor se vê a cavaleiro da planície, a situação privilegiada concede-lhe que, desprezando por momentos, o mar de luz que ainda tem à frente, para os lados do poente distante, volte atrás o olhar, para rever o trecho já palmilhado na escalada, agora batido pelo raio de sol, e ali descubra e rememore gratos motivos de revivescência.

Trago comigo gratíssimos motivos para voltar ao passado, e por isso rememoro o dia 7 do mês de junho de 2006, quando recebi em meu gabinete, uma comissão formada por membros da diretoria do Instituto Sociocultural e Ambiental Arthur Andrade, que nomino: Professor Nestor Borba, Diretor-Presidente; Sra. Maria Aparecida de Andrade Abreu, Diretora Vice-Presidente; Doutor Sebastião de Barros Abreu, ilustre Advogado e Secretário-

Geral; Doutora Walquíria Borba, ilustre Advogada e Diretora de Assistência Jurídica; e Vinicius Borba, Diretor de Comunicação Social, cidadãos desta comunidade, portando um requerimento subscrito pelo Senhor Administrador Regional de São Sebastião, contendo milhares de assinaturas de pessoas do povo, clamando pela construção de um Fórum nesta progressista cidade.

Manifestou-se naquela ocasião, em nome da comissão, o jovem Vinicius Borba, estudante de Direito, cheio de entusiasmo, e dando mostras de seu espírito combativo, com brilhantismo, defendeu a postulação, pedindo-me que promettesse atender a reivindicação, que ouvisse o clamor de tantos cidadãos e cidadãs desta comunidade.

Respondi, dizendo-lhes que assumia o compromisso de fazer edificar o edifício do Fórum no curso de meu mandato, porque entendia justa a pretensão deduzida, e que faria incluir esta obra no nosso plano bienal de administração.

Optei por assumir o compromisso, e não prometer, porque no Brasil se convencionou no seio da maioria dos homens públicos, que as promessas são feitas para serem violadas.

Durante a Constituinte convocada para discutir o Projeto elaborado por Rui Barbosa, e que resultou na primeira Constituição republicana de 1891, longos e quase intermináveis debates foram travados, sobre se os homens chamados a exercerem parcela de responsabilidade na vida pública, deveriam jurar cumprir os deveres do cargo.

Venceu a corrente que entendia se devesse apenas prometer no ato da investidura, temendo, certamente, despertar a ira divina em caso de perjúrio, e porque o juramento, ligando o homem a Deus e aos homens, requer de quem jura que tenha coragem e honra inabaláveis.

Posteriormente, recebi em audiência o nobre Deputado Federal Tadeu Fillipelli, e o ilustre Deputado Distrital Rogério Ulysses, ambos empenhados em virem concretizado o sonho dos membros da sociedade local, que tão dignamente representam.

Apresentara um ambicioso plano de metas.

Sabia de antemão, que recebera, como depositário, um legado, e a grave e delicada missão de dar continuidade à obra dos que me precederam.

Sabia, também, que o poder temporal, precisamente por ser temporal, é sempre transitório como é da índole do regime republicano, e que não é dado por Deus aos homens com outra finalidade, senão que para a sementeira da paz e do bem, e que permanentes são apenas as Instituições.

Ocorre-me lembrar, neste instante, um pensamento de Karl Popper, filósofo austríaco: “Não há na história da humanidade nada que deva ser entendido dentro do elogio de um só

homem. Uma história da humanidade, se alguma houve, teria de ser a história de todos os homens. Teria de ser a história de todas as esperanças, lutas e sofrimentos humanos. Essa história, embora não possa ser escrita, está sintetizada numa súplica imensa: a civilização que os homens constroem sustentados pela fé na responsabilidade de todos os semelhantes”.

Mover-me-ia, portanto, a fé, a esperança e a certeza de minhas mais puras convicções, sabendo-se que a esperança tem como objetivo o futuro, e que por isso mesmo, requer paciência e perseverança, e que os frutos da fé são as obras da caridade, e que a fé viva tende à ação, pois que, crendo, agimos.

Já experimentara o amparo desse triângulo, na luta que a vida impõe, e sabia, pela experiência, que as vitórias, se alcançadas, jamais me embriagariam, mas apenas serviriam para o fortalecimento da fé, e que, eventuais obstáculos não seriam causa de desânimo, antes robusteceriam meu espírito.

A ilustre Comissão que recebi em audiência, revelou-me que uma pesquisa realizada nesta cidade, sob os auspícios do Instituto de Tecnologia Social de São Paulo, apontara como necessidade prioritária, a construção deste Fórum.

Esse fato causou-me uma profunda alegria, porque me permitiu constatar que o povo desta cidade venera a Justiça, fim último do Direito.

Permitiu-me igualmente constatar do acerto com que se houveram os saudosos Sumos Pontífices – os Papas Pio XII e Paulo VI.

O primeiro ensinou que “a paz é obra da Justiça”. O último, anos mais tarde, ao lançar a Encíclica “Populorum Progressio”, sentenciou: “Desenvolvimento, teu nome é paz”.

Ora, se a paz é obra da Justiça, e se o nome do desenvolvimento é paz, segue-se a inarredável conclusão que não pode haver paz e desenvolvimento sem Justiça.

Creio, portanto, que a presença da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios nesta Região Administrativa é o garante da paz e do desenvolvimento que todos almejam.

Por decisão indiscrepante do egrégio Tribunal Pleno Administrativo, este edifício ostentará, hoje, e pelos dias que virão, o nome do eminente, queridíssimo e saudoso Desembargador EVERARDS MOTA E MATOS.

Interpretei essa respeitável decisão, antes de tudo, como um ato de amor, amor que se encontra debaixo de todos os céus, especialmente em nosso país, onde, atordoado pelo perfume das flores, pelo canto dos pássaros, e pelo fulgor do sol, o homem costuma encarar a vida como um sonho eterno, amor esse que marcou, definitivamente, a breve trajetória terrena, do saudoso e caríssimo amigo e colega, e que o dedicou inteiramente a sua Carminha,

forma carinhosa de que se utilizava para referir-se a sua esposa e companheira de todas as horas, Sra. Maria do Carmo Teixeira de Carvalho Mota e Matos.

Nascido na cidade de Mato Verde, Minas Gerais, bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade daquele estado em 1961, destacando-se entre seus colegas de turma pela notável inteligência e dedicação aos estudos, e ali realizando outros cursos que viriam a completar a sua sólida formação de jurista e humanista.

Fixando-se em Goiás, dedicou-se ao magistério e à advocacia, ingressando, em 1967, no Ministério Público goiano até ao ano de 1973, quando decidiu submeter-se a novo certame de provas e títulos, ingressando no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, galgando todos os cargos da brilhante carreira cumprida.

No Ministério Público local, participou de incontáveis comissões e bancas examinadoras de concurso, exercendo, ainda, a Chefia de Gabinete, a Procuradoria Geral, em substituição, a Vice Procuradoria Geral e de membro do egrégio Conselho Superior.

Participou da criação da Escola Superior do Ministério Público, sendo o primeiro Presidente de seu Conselho Curador, e Professor de Direito Penal, no Curso de Aperfeiçoamento para as carreiras jurídicas.

Compôs, mediante eleição, a lista sêxtupla encaminhada ao egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que o elegeu para a lista tríplice, submetida à apreciação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que o nomeou para o cargo de Desembargador, em setembro de 1994, com os aplausos de nossa egrégia Corte, e da sociedade do Distrito Federal.

Como Magistrado, integrou as egrégias 4ª Turma Cível e 1ª Turma Criminal; presidiu o Conselho Deliberativo do Pró-Saúde, foi membro da Comissão de Regimento Interno e Ouvidor-Geral substituto.

Seus votos, tanto em matéria cível quanto criminal, eram primorosamente elaborados, e constituem, nos dias que correm, valioso repositório e fonte obrigatória de consulta para os estudiosos do Direito.

Pertencia a várias instituições culturais, e dedicadas às causas humanitárias, como a Academia de Letras e Artes do Planalto, com sede em Luziânia, Goiás, e ao Rotary Club de Brasília – Lago Sul.

Este, em brevíssima síntese, o homem e o Magistrado homenageado.

Esta edificação, com a área equivalente de construção medindo 4.500m², e incluindo a pavimentação, subestação e urbanização, terá um custo final de R\$6.005.309,97 (seis milhões, cinco mil e trezentos e nove reais e noventa e sete centavos), incluindo-se o cercamento do

terreno e a feitura do estacionamento, o que representa o preço de R\$1.334,51 (mil e trezentos e trinta e quatro reais e cinqüenta e um centavos) por metro quadrado.

Este terreno possui localização privilegiada, e foi obtido da Terracap, sob a presidência da Dra. Maria Júlia Monteiro, por Termo de Cessão de Uso, em cerimônia realizada em data de 10 de agosto de 2006, pouco mais de dois meses da audiência a que me referi, com a presença do eminente Procurador-Geral do Distrito Federal, Doutor Márcio Túlio Cunha e Cruz Arantes.

Principio os agradecimentos, portanto, aludindo a esse fato, indispensável – o da obtenção do terreno, graças ao elevado espírito público daquela extraordinária mulher, de aguçada sensibilidade, e do nobre Procurador-Geral, ambos ostentando extensa folha de serviços prestados ao Distrito Federal e ao seu valoroso povo.

Necessitava o Tribunal de Justiça de um modelo construtivo de baixo custo, rápido e funcional, utilizando-se de técnicas industriais modernas.

A solução aí está, para uma Capital que não para de crescer, e cuja população merece ser atendida com presteza e dignidade.

Muito tenho a agradecer à empresa Construsat Construções Ltda., responsável pelas fundações e pela estrutura metálica; à Termoeste, em combate a incêndio, arquitetura, estacionamento, cercas e outros serviços complementares: à Delta S/A, pela instalação dos elevadores, e à Sebba S/A, para a entrega de divisórias e mobiliário, edifício que se propõe servir de modelo para o Judiciário do Brasil, como solução para a deficiência ou a falta de espaço físico para o desempenho de seu papel constitucional, e pelo alto custo das obras em alvenaria, em um país como o nosso, marcado por profundas diferenças regionais, com um povo carente de tudo, na maioria das unidades federadas.

Não posso deixar de mencionar e de homenagear neste instante, os ilustres Engenheiros Doutores Marcos Dias Morato, Maurício Benda Panisset e Luciano Viana do Amaral, e os ilustres Arquitetos Doutores Marcos Decat França e Alberto Hiroyuki Uno, pela dedicação ímpar com que se houveram no desempenho de seus misteres profissionais.

A minha manifestação de agradecimento estendo-a ao dedicado e persistente mestre de obras, Sr. Moacir Ferreira da Rocha, que honra e dignifica a sua categoria profissional, na pessoa de quem saúdo e agradeço todos os trabalhadores que derramaram o suor, a fim de que se tornasse possível vivenciar este momento.

Agradeço, por igual, o trabalho gigantesco realizado pelo ilustre Secretário-Geral do Tribunal, Doutor Guilherme Pavie Ribeiro, pelo trabalho diuturno, impondo-lhe e à digníssima família pesados sacrifícios, aos quais se submeteu, estou certo, em favor da

grandeza e da respeitabilidade da egrégia Corte, e que se constituiu em verdadeira revelação no seio da excelente equipe formada.

Iguais agradecimentos ao ilustre Secretário de Gestão Administrativa, Doutor Osvaldo Marcolino, que a tudo acompanhou com notável dedicação.

Saúdo e agradeço, por fim, aos servidores de meu gabinete, na pessoa da ilustrada Doutora Raquel Villas Boas Teixeira de Carvalho Moller, Chefe de Gabinete da Presidência, pela dedicação, pela capacidade de trabalho, pela liderança e pela fidelidade com que sempre serviu o egrégio Tribunal.

O modelo adotado inspirou-se em similar por mim visto nos Estados Unidos da América, a maior nação do mundo, a mais poderosa, cujo povo frui o maior bem-estar, e onde administrar a coisa pública não é exaurir os recursos orçamentários a qualquer custo, mas alcançar as metas programadas ao menor custo financeiro, devolvendo, se o caso, aos cofres da Nação, aquilo que sobeja, para permitir seja aplicado em outras atividades de interesse social, diversamente do que, infelizmente, costuma acontecer no Brasil.

Infelizmente, o Projeto de Lei enviado ao Congresso Nacional, e que na Câmara dos Deputados tomou o número 3.248/2004, se encontra adormecido naquela Casa, enquanto aguarda ser votado, pela última vez, no Plenário.

Nenhum resultado produziram as sucessivas visitas, as audiências que mantive, o empenho da bancada do Distrito Federal.

Infelizmente, tudo indica que a Câmara dos Deputados não tem interesse, e nem sensibilidade, para entender que o povo tem mais do que o direito, tem a garantia constitucional do acesso à jurisdição, como necessidade inadiável. A falta de respeito para com o povo desta Região Administrativa é eloqüente, e seis Varas nele previstas, não puderam ser instaladas, como se vivêssemos ao tempo de Ovídio, o grande escritor romano, famoso por pintar com sutileza os costumes de seu tempo, ao registrar: “Curia pauperibus clausa est”, isto é, “O tribunal está fechado para os pobres”.

Digo ao povo desta cidade que o nosso egrégio Tribunal não está fechado para os pobres, como nunca esteve, mesmo porque a Justiça não faz distinção entre pobres e ricos, fracos e poderosos

Contudo, o egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal, em memorável sessão de seu Pleno Administrativo, resolveu que neste edifício funcionarão Juizados Especiais, e um deles está sendo instalado, até que os representantes do povo decidam cumprir o dever que lhes impõe o mandato recebido.

Este edifício é, também, um presente a esta cidade e a Brasília, no ano em que todos comemoramos o 48º aniversário de sua inauguração, como a Capital de todos os brasileiros, e o cumprimento do compromisso assumido.

É de Kahlil Gibran Kahlil esta mensagem: “A marcha do tempo estraga as obras dos homens, mas não apaga seus sonhos, nem enfraquece seus impulsos criativos. Esses sonhos e impulsos sobrevivem porque pertencem ao espírito Eterno, embora se escondam ou adormeçam de tempos em tempos, imitando o sol ao crepúsculo e a lua ao amanhecer”.

Senhoras e Senhores,

Sou daqueles que acreditam, como Guimarães Rosa, que “As pessoas não morrem, ficam encantadas”.

Além disso, o nome que se inscreve neste edifício tem caráter perpétuo.

Assim, e sabedor que a Casa do Pai tem muitas moradas, e que numa delas hoje habita o eminente e saudoso Desembargador Everards Mota e Matos, seja-me permitido rogar ao Supremo Criador, consinta que o seu espírito luminoso oriente e inspire os ilustres julgadores, nos momentos de aflição, quando, entre quatro paredes tiverem de decidir vidas alheias, a fim de que a Justiça nesta cidade, como no dizer de RUI BARBOSA, “seja mais alta que a coroa dos reis, e tão pura como a coroa dos Santos”.

Muito obrigado.